



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. DE 2020  
(DA SRA. BENEDITA DA SILVA)

Requer informações ao Ministro da  
Economia sobre o Auxílio Emergencial.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, §2 da Constituição Federal, combinado com os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Economia pedido de informações, conforme seguem:

1. Quais os motivos para não haverem novos créditos do Auxílio Emergencial entre o período de 30 de abril e 13 de maio?
2. Qual o calendário de pagamento aos beneficiários que ainda não receberam a primeira parcela do Auxílio?
3. Qual o calendário de pagamento aos beneficiários da segunda e terceira parcelas (exceto beneficiários do Bolsa Família)?
4. Quais as atitudes tomadas para corrigir a divergência nos dados constantes na RAIS (Relação Anual de Informações Anuais) e no INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) quanto aos desligamentos ocorridos no ano de 2019 que estão impedindo o acesso dos cidadãos ao Auxílio Emergencial?
5. Quais as medidas tomadas para reduzir a fila dos pedidos que ainda se encontram em análise?
6. Quais as medidas tomadas para analisar em menor período de tempo os recursos e contestações?

Documento eletrônico assinado por Benedita da Silva (PT/RJ), através do ponto SDR\_56291, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.





7. Quais os motivos para não utilizar o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia para facilitar os saques do Auxílio Emergencial?

## JUSTIFICAÇÃO

O Auxílio Emergencial instituído pela Lei n 13.982, de 2 de abril de 2020, representou um avanço significativo na garantia de direitos e na ampliação da rede de proteção social do Brasil. Este apoio tem sido fundamental para a sobrevivência dos milhões de brasileiros e brasileiras que não possuíam empregos formais e nenhum tipo de benefício previdenciário.

O Congresso Nacional atuou com rapidez na instituição do Auxílio Emergencial, mas o Governo Federal tem atuado com uma intrigante lentidão, seja na sanção, na elaboração dos créditos, nas análises, no calendário de pagamentos ou na facilitação dos saques.

Sendo assim, essas informações requeridas são de extrema importância para a sociedade, já que milhões de brasileiros, em uma situação de elevada vulnerabilidade social, ainda se encontram sem respostas e sem meios de garantir o sustento das suas famílias por ocorrência da pandemia do Covid-19.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 2020.

**BENEDITA DA SILVA**

Deputada Federal (PT/RJ)

Documento eletrônico assinado por Benedita da Silva (PT/RJ), através do ponto SDR\_56291, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

